

**13. PROCESSO RELATIVO AO LICENCIAMENTO DE EDIFÍCIO DESTINADO A ESTABELECIMENTO PRESTADOR DE SERVIÇO DE APOIO SOCIAL – ADICA-ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO IDOSO E CRIANÇA DE ARENTIM:**

Da **DMUOP** submetendo processo relativo ao licenciamento de edifício destinado a estabelecimento Prestador de Serviço de Apoio Social, em que é requerente **ADICA-Associação de Defesa do Idoso e Criança de Arentim**.

Tem informação circunstanciada dos mesmos serviços, que vai em anexo.



**BRAGA**  
Município

DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO ORDENAMENTO E PLANEAMENTO

**Despacho**

O Vereador

(Miguel Bandeira)

Recebido em  
2019/07/11

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CPleleer

O Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento  
(António Zamith)

Ver. Miguel Bandeira

EXECUTIVO MUNICIPAL

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

21/5/2019

A Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Espaço Público  
(Adosinda Pereira)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Processo n.º 285/PROC/10

Registo n.º E/28158/2019

Requerente: ADICA - Associação de Defesa do Idoso e Crianças de Arentim

Local da Obra: Rua do Assento – União das Freguesias de Arentim e Cunha

Assunto: Licenciamento de Edifício destinado a Estabelecimento Prestador de Serviços de Apoio Social

Resposta ao ofício n/ ref.º 9234/2019 de 29.04.2019

Técnico responsável: Ilídio Sousa

Numeração interna: 1657/DGUEP/2019

Informação: 15256

Data: 21-05-2019

**1. Caracterização do pedido**

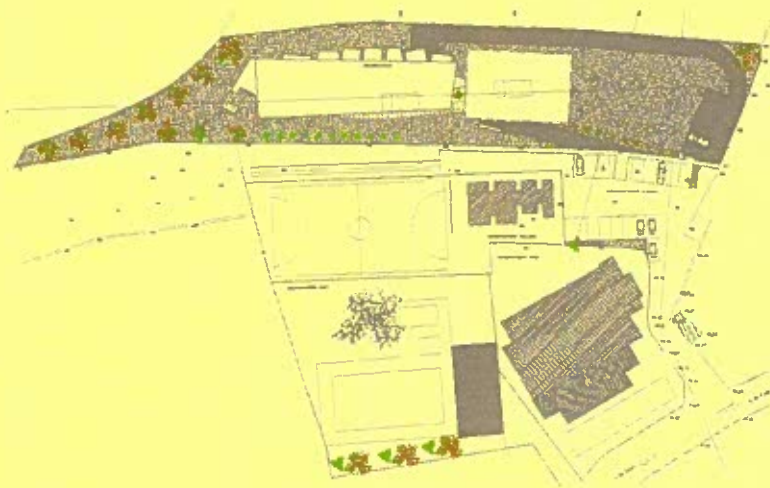
1.1. ADICA - Associação de Defesa do Idoso e Crianças de Arentim vem, através de requerimento registado em 20.05.2019 sob o n.º E/28158/2019, apresentar documentação que visa dar resposta ao teor da informação 12379 de 23.04.2019, transmitida através do ofício n/ ref.º 9234/2019 de 29.04.2019, na sequência da intenção de indeferimento do pedido apresentado em 18.04.2019, registado sob o n.º E/23049/2019, para efeitos do disposto no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo.



**1.2.** A operação urbanística submetida ao regime de *licença administrativa*, de acordo com artigo 4.º, n.º2, alínea c), do *Regime Jurídico da Urbanização e Edificação* (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, visa a construção de edifício destinado a *Estabelecimento Prestador de Serviços de Apoio Social* com as valências de *Estrutura Residencial para Pessoas Idosas* (ERPI) e *Serviço de Apoio Domiciliário* (SAD), para 39 e 30 utentes, respetivamente, em terreno descrito na 2.ª *Conservatória do Registo Predial* sob o n.º437/20070417 e inscrito na matriz rústica sob o n.º475, a favor do requerente, com a área total de 3.204,00m<sup>2</sup>.



Google Earth



Extrato do projeto de arquitetura – *Desenho 01*

## 2. Instrução

O pedido está corretamente instruído.





### 3. Pareceres de Entidades Externas

**3.1.** O serviço de apoio social caracterizado em 1.2. é regulado pelo Decreto-Lei n.º64/2007, de 14 de março, na sua atual redação, diploma que *define o regime de licenciamento e de fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social*, e está sujeito a pareceres vinculativos das entidades externas descritas no artigo 7.º, n.º2 (*"A aprovação do projeto sujeito a licenciamento pela câmara municipal carece dos pareceres favoráveis das entidades competentes, nomeadamente do Instituto da Segurança Social, I.P., da Autoridade Nacional de Proteção Civil e da autoridade de saúde."*).

**3.1.1.** O projeto obteve pareceres favoráveis das seguintes entidades:

- a) **Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.) - Centro Distrital de Braga** – Ofício ref.º NAGPGI de 27.09.2018.
- b) **Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte)** – Ofício ref.º585/2017 de 11.08.2017.
- c) **Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)** – Ofício ref.ºOF/6696/CDOS03/2018 de 06.03.2018 – Parecer favorável sobre o projeto de segurança contra incêndio (SCIE).

**3.2.** O autor do projeto refere que o projeto de arquitetura apresenta pequenos ajustes face ao aprovado pela ARS Norte que serão conformados em sede de *tela final*.

**3.2.1.** É anexo pedido de revalidação do referido parecer porquanto o anterior caducou em 11.08.2018.

**3.2.2.** Admite-se o alegado em 3.2. considerando que até à conclusão da obra serão apresentadas *telas finais* acompanhadas de novos pareceres das entidades externas.

**3.3.** Pese embora o parecer da ANPC tenha igualmente caducado não há alterações legislativas que motivem nova consulta dessa entidade, nomeadamente o Decreto-Lei n.º220/2008, de 12 de novembro, na sua atual redação.

### 4. Enquadramento Urbanístico

**4.1.** No Plano Diretor Municipal publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º201, através do Aviso n.º1171/2015 de 14.10.2015, o terreno a intervir está classificado como:

**Espaço de Uso Especial – UI1 – Urbanizável – Equipamentos**

(Sobreposição com o PDM fornecida pela DPRRU em 06.08.2018 – *Planta de Ordenamento*)



Límite de Parcela - 3204,6 m2



UI1 - Urbanizável - Equipamentos - 3204,1 m2



4.2. A travessia do terreno com *Linha de Média Tensão* (15KV) obteve parecer favorável da *EDP Distribuição* conforme ofício ref.ª Carta 827/18/D-DSR-AGI-ARN de 15.11.2018, anexo ao presente pedido, infra copiado.



WebSig

Em resposta ao "pedido de parecer" solicitado em 31 de Agosto de 2018 e embora a parcela de terreno seja atravessada por uma linha aérea de 15 kV, informamos ser viável a construção do edifício destinado a Lar de Idosos com a implantação prevista nas peças anexas ao pedido.

Caso a obra seja viabilizada pela C. M. Braga, a EDP Distribuição executará por sua contas as modificações da linha aérea de 15 kV estritamente necessárias para construção do edifício aprovado.

Para tal e após aprovação da construção do prédio por C. M. Braga, deverá ser solicitada a esta empresa a alteração da linha aérea de 15 kV existente e entregues cópias do projecto aprovado e da respectiva licença.

No entanto e devido à presença da linha aérea de 15 kV, deverá ser proibido todo e qualquer trabalho por baixo ou nas imediações da linha ou poste de Média Tensão que possa pôr em risco de electrocussão os operários e/ou causar danos materiais ao requerente ou a terceiros.

A EDP Distribuição - Energia, S.A., declina toda e qualquer responsabilidade relativa a eventuais acidentes, sendo esta cometida aos donos da obra.

4.3. O terreno é contíguo a norte com *Leito de Águas Fluviais* sendo proposto intervir em *zona de servidão non aedificandi* dessa *servidão administrativa e restrição de utilidade pública*.



WebSig



Sobreposição com PDM (*Planta de Condicionantes*)





4.3.1. Em 08.03.2019 a **Agência Portuguesa do Ambiente** autoriza a utilização dos recursos hídricos com construção (Utilização n.º: A003907.2019.RH2) a que corresponde o processo n.º: 450.10.07.01.004057.2019.RH2 destinado à *manutenção de muro paralelo ao leito e a 5 m deste e revestimento da área de margem com grelha de arrelvamento a assegurar a normal capacidade de infiltração.*

#### Localização

Designação	Manutenção de muro de vedação a 5 m de leito
Prédio/Parcela	Lugar da Ponte
Dominialidade	Domínio Hídrico Privado
Meio hídrico	Ribeiro
Nut III - Concelho - Freguesia	Cávado / Braga / Arentim
Longitude	-8.507657
Latitude	41.485491
Região Hidrográfica	Cávado, Ave e Leça
Bacia Hidrográfica	Ave

#### Caracterização

Finalidade da ocupação	Construção
Tipo	Edificação
Descrição	Manutenção de muro paralelo ao leito e a 5 m deste e revestimento da área de margem com grelha de arrelvamento a assegurar a normal capacidade de infiltração

Localização da utilização

Pequenas desenhadas de localização



## 5. Parecer interno

Em 20.03.2017 a chefe da **Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana** (DPRRU) informa:

*“ Em resposta ao solicitado informo:*

- 1. Após informação prestada a 23/01/2017 no 314/URB/PED/17, ocorreu reunião o técnico subscritor do projeto onde se apurou do melhor cenário, em curto espaço de tempo, para o aumento da oferta de lugares de estacionamento. A solução agora apresentada dá resposta ao concertado, aumentando ligeiramente a oferta de estacionamento e comprometendo-se no futuro à criação de lugares de estacionamento em cave.*
- 2. Nestes termos entendo que a pretensão reúne as condições para ser analisada em reunião de câmara. “*



## 6. Análise Regulamentar

**6.1.** A declaração de responsabilidade do autor do projeto, nos termos do n.º8 do artigo 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores do edifício projetado, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

**6.2.** O plano de acessibilidades com representação da rede de espaços e equipamentos acessíveis está acompanhado de termo de responsabilidade do respetivo autor que atesta que a execução da *operação urbanística* se conforma com o Decreto-Lei n.º163/2006, de 8 de agosto, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, pelo que a câmara municipal fica igualmente dispensada da sua apreciação prévia de acordo com o artigo 3.º, n.º2, desse diploma, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º136/2014, de 9 de setembro.

## 7. Taxas de compensação

A *operação urbanística*, com a área total de construção estimada de 2.332.71m<sup>2</sup>, tem “impacte relevante” por se enquadrar no Artigo B-1/29.º, n.º1, alínea a), subalínea iii), do *Código Regulamentar do Município de Braga*, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º206, a 26 de outubro de 2016, estando em consequência sujeita ao pagamento da taxa municipal de compensação pela não cedência de espaços verdes e equipamentos, salvaguardando porém o eventual deferimento do pedido de isenção apresentado em 18.04.2019, registado sob o n.ºE/23055/2019, a decidir superiormente.

## 8. Proposta

Face ao exposto entende-se que o processo reúne as condições necessárias para que transite para aprovação em reunião de câmara conforme artigo 75.º, n.º3, alínea d) do regulamento do PDM.

Posteriormente deve regressar a esta *unidade orgânica* para informação final.

Digitally signed by ILÍDIO  
FRANCISCO TAVEIRA  
DE AZEVEDO E SOUSA  
Date: 2019.05.21  
08:15:54 +01:00  
Location: Portugal